

## **1. Introdução**

O Município de Aljezur para cumprimento da Lei 75/2013 de 12 de Setembro vem assim apresentar os documentos previsionais para o ano de 2016, para apreciação e deliberação pelos Órgãos Executivo e Deliberativo.

Os documentos previsionais Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016, os quais foram elaborados nos termos do POCAL-Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro, com base em princípios elementares de prudência, rigor, transparência e equilíbrio, tendo em conta a utilização racional e gestão dos recursos.

A política Orçamental do Município de Aljezur, assenta numa estratégia de políticas de desenvolvimento sustentável, com o propósito de manutenção de qualidade de vida da sua população.

## **2. Linhas Programáticas de Atuação**

À semelhança dos pretéritos anos, perspetivam-se ainda inúmeras dificuldades inerentes a um contexto de crise económica e financeira, embora o concelho tenha reagido desde o primeiro momento, a um contexto que se previa adverso e de retração. Os mecanismos de resposta que implementámos e acompanhamos, têm-se mostrado eficazes e pretendemos mante-los e reforça-los se tal for necessário.

Continuar-se-ão a verificar reflexos e evidências do contexto económico e social ao nível seja do tecido empresarial local, regional e nacional, bem como ao nível das economias das diversas instituições, associações e famílias, muito particularmente nos mais vulneráveis e fragilizados (desempregados, indivíduos e famílias de baixos rendimentos, e a generalizada perda de apoios da Segurança Social). Razão bastante para incluir no orçamento para 2016 a redução da taxa de IMI e aplicação do IMI familiar, esta nos máximos consentidos por lei, bem como abdicamos de 2% da taxa variável de IRS.

Será assim expectável que se mantenha sobre as autarquias locais, a mesma pressão no sentido de responder cabalmente em termos de respostas sociais, até porque cada vez mais se assiste ao recuo das administrações central e regional, muito particularmente da Segurança Social, mas também da Saúde e da Educação, naquilo que são as suas competências legais, deixando aos municípios e instituições locais o ónus de providenciar as respostas e os apoios ao cidadão e às instituições da sua economia social. Esta representa já um valor considerável

da nossa economia, não apenas quantitativo tanto pela mais-valia gerada em respostas locais ao cidadão, como pela geração e manutenção de emprego, é um aspeto relevante numa economia local que tanto depende do turismo e da sazonalidade.

Adaptar a nossa atividade aos constrangimentos decorrentes de várias instabilidades instaladas ou perçecionadas, bem como a escassez de meios financeiros, mantendo uma intervenção constante que responda às necessidades sociais identificadas, mas que também estimule o emprego e a criação de riqueza no Município, sem esquecer o investimento direto, sem hipotecar a nossa “saúde financeira” e futuro, eis pois o grande desafio que se nos coloca.

As grandes áreas de intervenção da autarquia são as definidas pela Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, assim sendo o Orçamento e as Grandes Opções do Plano refletem os nossos compromissos políticos assumidos com os nossos Municípes.

O orçamento do Município de Aljezur para o ano económico de 2016 prevê Despesa Global e Receita Global no montante de 9.591.024,00€, sendo que as receitas correntes totalizam 9.142.132,00€ e as de capital 448.892,00€. Quanto às despesas, prevê-se uma despesa corrente de 7.552.048,00€ e de capital no montante de 2.038.976,00€.

A prioridade do Município assenta em orientações e ações estratégicas plasmadas nas GOP, como seja o desenvolvimento económico e social, a educação, o ambiente e o saneamento, a intervenção social, a proteção civil, o ordenamento do território, a cultura e o desporto, o turismo e a requalificação urbana, entre outras, como fator de dinamização, atratividade e melhoria das condições de vida.

Para 2016, o facto de até à presente data não ser conhecida a proposta do OE no que à atribuição do FEF ao Município de Aljezur diz respeito, coloca-nos algumas dificuldades nas projeções referentes às verbas para inclusão de novos projetos de investimento.

Todavia da análise das GOP, facilmente se percebe que foram inscritas e acomodadas ações passíveis de candidatura e contrapartida comunitária ao quadro comunitário em vigor.

Por forma a satisfazer os compromissos assumidos com os municípes, por um lado, e assumir a prudência, rigor e equilíbrio orçamental, por outro, daremos destaque, entre outras, a despesas que:

- Colmatem necessidades de ordem social;
- Possibilitem mais e melhor educação;
- Promovam a segurança da população;
- Promovam um melhor funcionamento dos serviços de índole municipal, visando uma gradual melhoria da qualidade de vida para todos;
- Concluam investimentos em curso;
- Reforcem o nosso reconhecimento e identidade;
- Combatam assimetrias;
- Promovam um correto ordenamento do território;

- Permitam cofinanciamento;

É por demais conhecido todo o trabalho que vimos desenvolvendo e reforçando em matéria de Educação e Intervenção Social!

Não será diferente em 2016, todavia permitam-nos um olhar mais atento para duas questões que consideramos fundamentais: Ordenamento do Território e Desenvolvimento Social e Emprego.

Pela primeira vez o futuro Plano de Pormenor de Vale da Telha vem sendo trabalhado de forma integrada e participada entre todos os atores, muito particularmente, Governo, CCDR, ICNF, APA, entre outros, facto que permitirá estabelecer desde logo um ponto de partida sólido que leve ao seu êxito, concretizando-se. Trata-se de problema urbanístico por demais conhecido a nível nacional mas que atingirá, seguramente o seu epílogo durante o próximo ano, respeitando direitos adquiridos legais de todos os proprietários, bem como permitindo àquele território, dotar-se de infraestruturas turísticas capazes de potenciar ainda mais esta importante atividade económica no Município.

É certo que o tempo de execução de tão complexo instrumento do território não corresponde à vontade dos interessados, todavia não abdicaremos de “darmos passos” verdadeiramente seguros na sua execução ainda que possa demorar mais tempo do que previmos inicialmente.

Sabedores de todas as contingências com que nos deparámos, ao historial do processo, às muitas dificuldades inesperadas que têm surgido, à complexidade da matéria do ponto de vista legal, compatibilidade de regimes a promover, Nova Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e Urbanismo, reafirmamos a disponibilidade que temos sentido da parte de todos no alcançar de uma solução, tanto mais que a CCDR Algarve, entendeu, em parceria com o Município de Aljezur, liderar todo o processo.

Estamos também em boas condições de concluir outros instrumentos de gestão territorial, igualmente importantes, nomeadamente, Plano de Pormenor da Paisagem Oceano, Plano de Pormenor de Monte Clérigo, Plano de Pormenor de Aljezur e Plano de Pormenor da Área de Intervenção Específica de Equipamentos e Uso Turístico a Norte de Aljezur Zona Norte. Alguns destes trabalhos só não estão mais adiantados por que nos vimos obrigados, por imposição legal a promover nova Cartografia, homologada pela Direção Geral do Território.

O próximo ano marcará também o arranque dos primeiros trabalhos conducentes à Revisão do PDM de Aljezur.

No que ao Desenvolvimento Económico, Social e Emprego diz respeito, continuaremos a aposta já há muito ganha na Divulgação e Promoção do Município, permitindo a divulgação das nossas potencialidades nas suas múltiplas dimensões - Festival da Batata Doce, Zona Industrial da Feiteirinha, parcerias com diversas instituições e organismos, designadamente, Universidade do Algarve, Rota Vicentina, Via Algarviana, Turismo do Algarve, entre outras.

Estas parcerias são estratégicas para o desenvolvimento do território e nesta linha nos manteremos. Aliás temos como referência de sucesso incontornável, a Rota Vicentina - uma fórmula vencedora que trouxe notoriedade ao território e mais-valias evidentes na economia local, mostrando que as parcerias com projetos estruturantes, de âmbito local e regional de iniciativa privada e/ ou pública são uma linha de ação que queremos reforçar.

Acompanharemos de forma próxima o novo Quadro Comunitário, Portugal 2020, a sua regulamentação específica e abertura de candidaturas aos diferentes eixos, canalizando para o Município os investimentos considerados viáveis, sustentáveis e necessários ao seu desenvolvimento.

Afirmar as inigualáveis mais-valias que o território encerra é um caminho já iniciado, e continuaremos esta aposta. Este orçamento reflete a estratégia clara de afirmação do Turismo de Natureza como “produto” gerador de oportunidades e riqueza, potenciando-o numa lógica de desenvolvimento social e económico sustentado. Esta orientação estratégica consolidou-se com a realização da I Bienal de Turismo de Natureza em Aljezur, confirmando Aljezur no contexto algarvio enquanto destino de eleição e de excelência do produto Turismo de Natureza pelo que continuaremos a trabalhar nesta afirmação e diferenciação.

À semelhança do ano em curso, repetiremos a iniciativa “Junho- Mês da Economia Local em Aljezur”, iniciativa que se mostrou decisiva em termos de fomento do empreendedorismo local bem como na dinamização da nossa economia.

### 3. Relação das Responsabilidades Contingentes

Em conformidade com alínea a) do n.º 1 do art.º 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, consta em anexo ao presente relatório a relação das responsabilidades contingentes, entendidas como possíveis obrigações que resultem de factos passados e cuja existência é confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da entidade, ou obrigações presentes que, resultando de acontecimentos passados, não são reconhecidas no presente orçamento porque:

- a) Não é provável que haja pagamentos, que incorporam benefícios económicos ou um potencial de serviço, seja exigido para liquidar as obrigações; ou
- b) O montante das obrigações não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade.

### 4. Quadro Plurianual de Programação Orçamental

Determina a Lei 73/2013 de 03 de Setembro no seu artº 44º diz que o órgão executivo apresenta ao órgão deliberativo em simultâneo com a proposta de orçamento municipal um quadro plurianual de programação orçamental onde define os limites para a despesa do município, numa base móvel que abranja os quatro exercícios seguintes.

Sendo os limites vinculativos para o ano seguinte ao do exercício económico deste orçamento ou seja para o orçamento do ano de 2017 o limite da despesa será de

€9 774 034,83, podendo haver ajustamento em algumas estimativas e aumento da despesa pela inclusão de fundos comunitários.

Assim sendo apresenta-se o seguinte quadro:

**QUADRO PLURIANUAL DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTAL 2016-2019**

Descrição	ANOS						
	Orçamento atual	2015		2016	2017	2018	2019
		Valor	%	Orçamento	Previsional		
<b>Receitas Correntes</b>	<b>9.060.164,00</b>	<b>6.799.792,45</b>	<b>75,05</b>	<b>9.142.232,00</b>	<b>9.322.200,95</b>	<b>9.788.311,00</b>	<b>10.277.726,55</b>
Impostos diretos	2.528.460,00	2.107.406,00	83,35	2.580.010,00	2.681.946,75		
Impostos indiretos	50.900,00	40.529,04	79,63	48.560,00	52.216,50		
Taxas, Multas e Outras							
Penalidades	158.110,00	92.540,81	58,53	137.860,00	155.384,25		
Rendimentos da propriedade	670.500,00	507.958,18	75,76	734.438,00	737.592,45		
Transferências correntes :							
Orçamento do Estado	3.915.804,00	2.973.852,00	75,05	3.965.144,00	3.965.144,00	3.965.144,00	3.965.144,00
Fundos Comunitários	117.520,00	48.934,56	41,64	10,00	(*)		
Outras transferências	248.020,00	141.545,44	57,07	224.120,00	247.873,50		
Venda de bens de serviços correntes	1.262.840,00	883.927,12	70,00	1.289.580,00	1.340.020,50		
Outras Receitas Correntes	108.010,00	3.099,30	2,87	162.510,00	142.023,00		
<b>Receitas de Capital</b>	<b>570.057,00</b>	<b>490.496,83</b>	<b>86,20</b>	<b>447.792,00</b>	<b>450.833,88</b>	<b>416.617,00</b>	<b>416.617,00</b>
Venda de bens de Investimento	35.000,00	29.712,50	84,89	30.175,00	34.216,88		
Transferências de capital							
Orçamento do Estado	416.617,00	312.462,00	75,00	416.617,00	416.617,00	416.617,00	416.617,00
Fundos Comunitários	117.440,00	148.322,33	126,30	0,00	(*)		
Ativos financeiros							
Passivos financeiros							
Outras receitas de capital				1.000,00			
<b>Outras Receitas</b>	<b>1.000,00</b>	<b>1.223,44</b>	<b>122,34</b>	<b>1.000,00</b>	<b>1.000,00</b>		
Rep. não abatidas nos pagamentos	1.000,00	1.223,44	122,34	1.000,00	1.000,00		
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>9.631.221,00</b>	<b>7.291.512,72</b>	<b>75,72</b>	<b>9.591.024,00</b>	<b>9.774.034,83</b>	<b>10.204.928,00</b>	<b>10.694.343,55</b>
<b>Despesas correntes</b>	<b>7.782.707,00</b>	<b>5.408.509,67</b>	<b>69,49</b>	<b>7.552.048,00</b>	<b>7.867.981,18</b>	<b>8.261.380,23</b>	<b>8.674.449,25</b>
Despesas com o pessoal	3.226.640,00	2.350.478,74	72,85	3.185.400,00	3.206.020,00		
Aquisição de bens e serviços	3.360.465,00	2.221.957,88	66,12	3.065.780,00	3.373.778,63		
Juros e outros encargos	41.120,00	28.557,43	69,45	31.500,00	29.990,00		
Transferências correntes	1.026.560,00	717.338,35	69,88	1.102.348,00	1.103.348,00		
Subsídios	67.330,00	46.547,43	69,13	125.510,00	101.241,00		
Outras despesas correntes	60.592,00	43.629,84	72,01	41.510,00	53.603,55		
<b>Despesas de capital</b>	<b>2.004.286,00</b>	<b>1.077.644,23</b>	<b>53,78</b>	<b>2.038.976,00</b>	<b>1.906.053,65</b>	<b>1.944.597,77</b>	<b>2.019.894,30</b>
Aquisição de bens de capital	1.122.700,00	523.706,55	46,65	1.229.000,00	1.146.157,65		
Transferências de capital	377.110,00	214.226,73	56,81	317.500,00	317.500,00		
Ativos financeiros	69.976,00	34.738,00	49,64	69.976,00	69.976,00		
Passivos financeiros	432.000,00	302.960,42	70,13	421.500,00	371.420,00		
Outras despesas de capital	2.500,00	2.012,53	80,50	1.000,00	1.000,00		
<b>TOTAL DA DESPESA</b>	<b>9.786.993,00</b>	<b>6.486.153,90</b>	<b>66,27</b>	<b>9.591.024,00</b>	<b>9.774.034,83</b>	<b>10.205.978,00</b>	<b>10.694.343,55</b>

Saldo (Receita- Despesa) -155.772,00 (\*\*) 805.358,82 0,00 0,00 0,00 0,00

(\*) Não foram considerados valores, atendendo a que para o actual quadro comunitário de apoio ainda não foram aprovadas quaisquer candidaturas, pelo que o Valor do Orçamento para o Exercício de 2017 poderá aumentar em valor igual ao da comparticipação comunitária das eventuais candidaturas.

(\*\*) A diferença refere-se a utilização do valor do Saldo de Gerência de 2014

Em suma, mesmo em presença de quadros políticos e conjunturas económicas e financeiras que se possam mostrar ou revelar extremamente difíceis, priorizaremos sempre os valores humanistas, mitigando discrepâncias, incentivando e promovendo incondicionalmente os princípios da equidade, igualdade, transparência, rigor, prudência e equilíbrio.

Aljezur, 26 de Outubro de 2015

O Presidente da Câmara Municipal de Aljezur

José Manuel Velinho Amarelinho